

**Intervenção de S.Exa. a Secretária de Estado para a Cidadania e a
Igualdade**

**V Reunião de Ministras/os responsáveis pela Igualdade de Género CPLP
Empoderamento de todas as mulheres e meninas**

31 de outubro de 2017

Brasília

Membros de Governos, Excelências,
Senhora Secretária Executiva, Excelência,
Demais Autoridades,

Gostaria de começar por agradecer à Presidência Brasileira a excelente organização e cordial receção.

O empoderamento das mulheres e das meninas é um objetivo que nos move, enquanto imperativo de direitos humanos, enquanto condição de desenvolvimento sustentável. Deve definir-nos, enquanto países, e enquanto comunidade.

Nessa linha, Portugal assume a igualdade entre mulheres e homens como prioridade inequívoca de política pública.

A sua efetivação tem exigido uma abordagem multifacetada, que reconheça a natureza estrutural das desvantagens sofridas por mulheres e meninas e que denuncie os estereótipos de género na sua base.

Esta abordagem tem sido concretizada em várias dimensões:

- Por um lado, numa Agenda para a Igualdade no Mercado de Trabalho e nas Empresas, que promove cinco objetivos estratégicos: a dessegregação ocupacional; a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal; a parentalidade; a tomada de decisão; e a igualdade salarial.

Neste contexto, Portugal aprovou recentemente a lei que obriga à representação equilibrada de mulheres e de homens em órgãos de administração de empresas públicas e cotadas em bolsa. E está neste momento a discutir uma proposta de lei do Governo que efetiva o princípio do salário igual para trabalho igual e de igual valor.

- Por outro lado, a estratégia de prevenção e combate à violência doméstica e de género, que se pretende consolidar, privilegiando o trabalho em rede e a formação de todos os agentes envolvidos.

Neste âmbito, Portugal promove uma política ativa de territorialização, no sentido de eliminar as disparidades territoriais em termos de respostas e de serviços. Esta estratégia tem implicado uma articulação estreita entre administração pública, municípios e sociedade civil.

- Finalmente, Portugal aposta firmemente na educação como motor de mudança. Nesse sentido, implementou recentemente uma Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania que está a ser desenvolvida como projeto piloto em 235 escolas do país, devendo ser alargada às demais no próximo ano letivo. Esta estratégia integra a igualdade entre mulheres e homens, os direitos humanos, e a não discriminação como eixos estruturantes.

Portugal está neste momento a preparar o próximo período de planeamento estratégico na área da igualdade e não discriminação, visando uma estratégia nacional até 2030, alinhada, aliás, com os objetivos de desenvolvimento sustentável. Neste âmbito destaco a particular ênfase que daremos a 2 capítulos, um dedicado ao combate às práticas nefastas, que engloba o atual Programa de Ação de Combate à Mutilação Genital Feminina, alargando também casamentos precoces ou forçados, e outro que definirá medidas específicas para meninas e meninos/ raparigas e rapazes.

Pretendemos introduzir uma perspetiva interseccional que reconhece a diversidade de experiências de discriminação, bem como aprofundar a territorialização das políticas e o trabalho em parceria, e reforçar a cooperação no âmbito da CPLP, visando a concretização do Plano Estratégico para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres.

Nesta linha, Portugal assume como fundamental a aprovação do novo Plano de Ação 2017-2021 e a contínua afirmação da CPLP como referência internacional,

designadamente nas sessões da Comissão sobre o Estatuto da Mulher das Nações Unidas.

Da mesma forma, a colaboração entre a CPLP e a ONU Mulheres que hoje se materializa é expressão incontestável da assunção da igualdade entre mulheres e homens como desígnio central da CPLP.

Também no sentido do reforço dessa expressão, Portugal retoma hoje a proposta que apresentou em 2016 e que ficou refletida na Declaração de Díli. Propõe que esta V Reunião de Ministros/as da Igualdade de Género da CPLP delibere proclamar 2018 o ano da CPLP contra a violência sobre as mulheres e meninas. E, nesse contexto, Portugal anuncia já o seu compromisso em disponibilizar um pacote financeiro de 50.000 euros para o desenvolvimento de uma campanha em 2018, em articulação com os demais Estados membros da CPLP.

De facto, são estes objetivos que nos unem.

Congrega-nos, enquanto CPLP, o reconhecimento das necessidades, a assunção do compromisso de promoção da igualdade e do empoderamento das mulheres e meninas, e a ambição de um desenvolvimento sustentável que não deixe ninguém para trás.

Cresçamos, de facto, em conjunto na concretização do compromisso, na realização da ambição, na afirmação de uma CPLP humana, igualitária, inclusiva e transformadora.

Muito obrigada.